

O PROCESSO EDUCACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA NO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

BRITO, Andrea Giovanelli de¹

RESUMO

Esta pesquisa trata da educação escolar no ensino fundamental e sua contribuição para a formação de cidadãos que são partes do processo de segurança no trânsito. O objetivo foi compreender como a Educação para o Trânsito no âmbito escolar pode aperfeiçoar o crescimento pessoal e a consciência de cidadania nos estudantes, atualmente, pedestres e no futuro, condutores e/ou pedestres. A técnica de pesquisa é bibliográfica, tendo como base livros, legislação e artigos. Observa-se o construtivismo como uma abordagem na educação sobre como os seres humanos vão construindo conhecimento por eles mesmos, mas a aprendizagem é um avanço social que envolve a linguagem, as situações do mundo real, e a interação e colaboração entre os estudantes, considerados como elemento central no processo de aprendizagem. Concluiu-se que alguns educadores ainda apresentam algumas dificuldades em utilizar os instrumentos tecnológicos em sala de aula. Para que esses educadores possam se aperfeiçoar na era digital, é necessário que o poder público tenha maior interesse em capacitar esses profissionais, por meio de cursos, palestras com horários flexíveis para que possa atender a maior demanda possível.

Palavras Chaves: Ensino Fundamental. Trânsito. Segurança. Aprendizagem. Cidadania.

THE EDUCATIONAL PROCESS AND ITS CONTRIBUTION FOR TRANSIT SAFETY

ABSTRACT

This paper deals with school education in elementary school and its contribution to the formation of citizens who assume themselves as part of the traffic safety process. The objective was to understand how traffic education in the school environment can improve personal growth and citizenship awareness in students, pedestrians and in future drivers. The methodology involved bibliographic research and project presentation based on the assumptions presented. Constructivism is observed to be an approach in education that states that humans build knowledge on their own, but learning is a social advance that involves language, real-world situations, and interaction and collaboration among students, considered as a central element in the learning process. It is concluded that some teachers still have some difficulties in using the technological instruments in the classroom. For these educators to be able

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de em Gestão de Trânsito da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista. Orientadora: Prof. Deisi Cristini Schweitzer, MSc. São José dos Campos/SC, 2019. Acadêmica do curso Gestão de Trânsito da Universidade do Sul de Santa Catarina.

to improve themselves in the digital age, it is necessary for the public authorities to show greater interest in training these professionals through courses, flexible hours lectures so that they can meet the highest possible demand.

Keywords: Elementary School. Traffic. Safety. Learning. Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

O estudo consistiu em verificar a educação escolar no Ensino Fundamental e sua contribuição para a formação de cidadãos que se assumam como parte do processo de segurança no trânsito.

Através da orientação da Educação para o Trânsito na Escola que o estudante aprende como deve se comportar na rua, na faixa de segurança, sinaleira, observar o que deve ser feito e o que não deve no trânsito, ou seja respeitar o trânsito. A compreensão de um comportamento seguro no trânsito adquiridos pelas crianças² em sua fase escolar, poderá contribuir de forma significativa futuramente. (BRANDÃO, 2010).

Na perspectiva da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental, o problema da pesquisa é responder o seguinte questionamento: Qual a importância da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental para formação da cidadania dos estudantes?

O objetivo geral é compreender como a Educação para o Trânsito no âmbito do Ensino Fundamental de São José dos Campos/SP pode aperfeiçoar o crescimento pessoal e a consciência de cidadania nos estudantes, atualmente, pedestres e no futuro, condutores e/ou pedestres. Os objetivos específicos são: conceituar Educação para o Trânsito; abordar a perspectiva teórica para a prática interdisciplinar e construtivismo, para o Ensino Fundamental, anos inicial, no município de São José dos Campos/SP.

Saviani (2008) argumenta que na prática, o que se constata é formação para a democracia, para a maioria dos alunos das classes populares, e mesmo as escolas que introduzem as tecnologias para ensinar, as usam para melhorar a eficiência administrativa e até pedagógica, e não para formar para a solidariedade, para a cooperação, para as redes de socialização de saberes. Neste aspecto a

² No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990).

educação para o trânsito é uma iniciativa para a democratização do saber e pode ser feita via tecnologias.

Deve haver uma proposta didática a partir do trabalho intitulado "Uma didática para a pedagogia histórico-crítica", incorporada na metodologia proposta pelo professor Dermeval Saviani, que aborda essa pedagogia como uma alternativa à superação as abordagens liberais da formação de professores nas últimas décadas.

Considerando o método pedagógico proposto por Saviani (2008), existe uma questão central: como trabalhar a práxis pedagógica que promove a educação integral dos alunos com base nas contribuições da didática fundamentada nos princípios da pedagogia histórico-crítica.

A pesquisa de campo foi realizada em duas escolas municipais do Município de São José Dos Campos/SP, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professora Mercedes Carnevalli Klein e Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professora Áurea Cantinho Rodrigues, com 10 Educadores.

Foi adotado método da pesquisa empírica, pesquisa de campo, nas duas escolas municipais do Município de São José Dos Campos/SP já mencionadas . A metodologia utilizada foi a exploratória de pesquisas bibliográficas em livros, artigos e leis.

2 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

O trânsito é o volume de circulação dos diversos tipos de veículos nas diferentes vias de circulação, com sujeição aos artigos do Código Brasileiro de Trânsito (CTB).

Trânsito é a utilização das vias por veículos motorizados, veículos não motorizados, pedestres e animais, para fins de circulação, parada ou estacionamento. Leis de trânsito são as leis que regem o tráfego e regulamentam os veículos, enquanto que leis da estrada são tanto as leis quanto as regras informais que se desenvolveram ao longo do tempo para facilitar e ordenar o fluxo preciso do trânsito. (MOREIRA, PEREIRA; MARTINS, 2017).

O conceito de trânsito compreende o uso compartilhado do espaço público como espaço democrático onde se exerce o direito de ir e vir por todos que dele participam, independente de raça, religião, condição física ou econômica. As vias são as ruas, avenidas, calçadas e locais para estacionamento onde os

deslocamentos podem ser realizados a pé ou através de meios de transporte diversos, desde os automotivos até os não-motorizados como a bicicleta convencional, as montarias ou os mais recentemente integrados como novos modais como é o caso do skate. A diversidade dos seus participantes compreende tanto as pessoas quanto os animais. (ARAÚJO, 2016).

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) é um documento legal que define atribuições das diversas autoridades e órgãos ligados ao trânsito do Brasil, fornece diretrizes para a engenharia de tráfego e estabelece normas de conduta, infrações e penalidades para os diversos usuários desse complexo sistema.

O capítulo de Educação para o Trânsito do CTB dispõe:

Art. 74. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 1º É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 2º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito deverão promover, dentro de sua estrutura organizacional ou mediante convênio, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 75. O CONTRAN estabelecerá, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito.

§ 1º Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover outras campanhas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as peculiaridades locais.

§ 2º As campanhas de que trata este artigo são de caráter permanente, e os serviços de rádio e difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público são obrigados a difundi-las gratuitamente, com a frequência recomendada pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;

II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;

III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;

IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito.

Art. 77. No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do CONTRAN, estabelecer campanha nacional

esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito.

Parágrafo único. As campanhas terão caráter permanente por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, sendo intensificadas nos períodos e na forma estabelecidos no art. 76.

Art. 77-A. São assegurados aos órgãos ou entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito os mecanismos instituídos nos arts. 77-B a 77-E para a veiculação de mensagens educativas de trânsito em todo o território nacional, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77

Art. 77-B. Toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produto oriundo da indústria automobilística ou afim, incluirá, obrigatoriamente, mensagem educativa de trânsito a ser conjuntamente veiculada. (BRASIL, 1997).

O Ensino Fundamental é um dos níveis da Educação Básica no Brasil. O Ensino Fundamental é obrigatório, gratuito (nas escolas públicas), e atende crianças a partir dos 6 anos de idade. O objetivo do Ensino Fundamental Brasileiro é a formação básica do cidadão. Para isso é necessário: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (FERRASERI; PINTO, 2015).

Sempre que se fala em Educação para o Trânsito nas Escolas surge a imagem da construção de carrinhos com sucata, dia de levar bicicletas, triciclos, patinetes e patins. Elaborar circuitos e outras atividades focadas na condução de algum veículo, simulando situações de trânsito. Será que isso é prejudicial? É ruim planejar atividades como as citadas? Pensa-se que não acredita-se que estas atividades são excelentes ferramentas para enfatizar que são somente esses os veículos que podem conduzir neste momento, em se tratando de Educação Infantil³ até o Ensino Médio regular⁴. Aproveitar para mostrar os perigos da condução de veículos sem a preparação e a formação adequada que só irão receber nos Centros de Formação de Condutores (CFCs), quando for época apropriada. Até lá, devem

³ A Educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, consiste na educação de crianças, com idades entre 0 e 5 anos, com divisão em berçário, maternal I e II (LDB/1996).

⁴ O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, tem por finalidade, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), promover a formação integral do educando, preparando-o para o exercício da cidadania, para o prosseguimento dos estudos e para a inserção no mundo do trabalho.

ser somente usuários do trânsito como pedestres (que nunca deixarão de ser), ciclistas e passageiros dos veículos, utilizando os equipamentos de segurança adequados para se proteger. (PIETSAK, 2017).

O trânsito é um excelente tema para aplicação de dinâmicas de grupo. As possibilidades de trabalho nos cursos de formação ou com estudantes em sala de aula são bastante variadas. O que se considera muito importante e diria até essencial é fazer com que as crianças, os jovens ou os adultos abandonem sua zona de conforto, pois, estar sentado, escrevendo ou simplesmente como ouvinte desobriga de opinar. O movimento favorece a expressão, o posicionamento frente a algo novo permite momentos de descontração e prazer. Ao finalizar a aplicação de uma dinâmica de grupo, é fundamental que a discussão aconteça e as impressões de cada um sejam ouvidas, sua percepção e as conexões com o tema proposto. É importante reafirmar que a cultura da prevenção e a percepção de risco, em qualquer área é possível ser trabalhada de forma atrativa, divertida e dinâmica, sem ter que exigir dos estudantes que fiquem sentados ouvindo o educador falar sem participar. Este formato não tem mais espaço nas escolas. O tema trânsito tem uma grande influência no cotidiano, depende-se dele para sobreviver e a grande maioria dos estudantes tem um fascínio muito grande por tudo que diz respeito ao tema; pode-se e deve-se aproveitar isso como algo favorável, romper barreiras, inovar. (CZERWONKA, 2016).

No Ensino Fundamental, construtivismo é uma abordagem na educação em que os seres humanos vão construindo conhecimento por eles mesmos, mas a aprendizagem é um avanço social que envolve a linguagem, as situações do mundo real, e a interação e colaboração entre os estudantes. Os estudantes são considerados como elemento central no processo de aprendizagem. Aprender tem a influência de preconceitos, experiências, o tempo em que se vive, e a maturidade física e mental. (PILETTI, 2002).

Quando motivado, o estudante exercita sua vontade, determinação e ação para recolher informação seletiva, convertê-la, formular hipóteses, testar suposições via aplicação na vida real, interações e experiências, e tirar conclusões verificáveis. O construtivismo transforma as salas de aula de hoje em um site de construção do conhecimento, construção onde a informação é absorvida e o conhecimento é construído pelo estudante. (SPRINTHALL, 2010).

A escola deve tratar de assuntos de interesse dos estudantes e sua

socialização, e neste aspecto a Educação para o Trânsito deve fazer parte do planejamento de ensino. Nesse sentido, Rodrigues ensina que:

É imprescindível inserir e transformar a realidade que se encontra atualmente o trânsito em nosso país, que está em vigor no país, desde 1998, o Código de Trânsito Brasileiro, visando a mudanças e melhorias, além de regulamentar, organizar e amenizar a violência nas vias públicas. Mas essa medida não surtiu o efeito desejado e a reflexão sobre qual medida poderia ser tomada, aponta na educação para o trânsito como a melhor opção. (RODRIGUES, 2009, p. 14).

A inclusão da disciplina Educação para o Trânsito no currículo do Ensino Fundamental e médio de forma interdisciplinar contribui para uma prática social orientada por uma ética no trânsito; podendo contribuir para a valorização da vida humana e conscientizar em direção a um novo modelo de comportamento coletivo. (RODRIGUES, 2009).

Uma parte importante da psicologia tem a ver com a cognição, que envolve percepção, aprendizagem, solução de problemas, memória, atenção, linguagem e emoção. A psicologia cognitiva está associada com a escola ou pensamento denominado cognitivismo. Neste sentido, os princípios combinados da psicologia educacional e psicologia clínica para que se compreenda e auxilie os estudantes com as dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais especiais, bem como encorajá-los com bom desenvolvimento intelectual a desenvolver suas habilidades. (PILETTI, 2002).

A psicologia infantil, ao estudar o desenvolvimento da criança em seus diferentes âmbitos: social, emocional, mental e psicológico, contribui enormemente para uma formação de qualidade do educador. (SPRINTHALL, 2010).

É muito importante que um educador conheça o que a psicologia é na sua totalidade e como ela é essencial na vida pessoal e profissional, para que possa fazer da escola um local de aprendizagem para a vida, uma vida saudável em termos cognitivos, psicológicos e afetivos, para que se possa ser cidadão e auxiliar nas mudanças necessárias para um mundo melhor (SPRINTHALL, 2010).

No cognitivismo (consciência dedutiva/intuitiva), observa-se a importância da ênfase nos motivos intrínsecos para aprender, ou seja, aqueles que não dependem de recompensas exteriores. Nesse caso, o reforço, está em superar os próprios limites, atingir os próprios objetivos ou realizar os próprios planos. É importante enfatizar que a auto estima reflete diretamente nos aspectos motivacionais das pessoas. Se notarmos bem, expectativa do sucesso e medo do

fracasso têm por trás toda uma história de experiências que, logicamente, resultaram tanto em acertos como em erros. (PILETTI, 2002).

Com base nos diferentes enfoques psicológicos, se forma uma nova concepção de processo de ensinar e aprender, ou seja, o educador deve tentar, tanto quanto possível, se desprender de sua postura tradicional, que torna as suas aulas enfadonhas para o aluno e para ele mesmo. Vivências em sala de aula, tais como, jogos educativos, dinâmicas, técnicas psicodramáticas, trabalhos em grupo, atividades de criação, de envolvimento pessoal são recursos que ajudam a motivar e a fazer os alunos darem o melhor de si, ou seja, as suas potencialidades individuais veem à tona. (RIBEIRO, 2002).

Para tentar mudar a realidade de caos no trânsito, está em vigor no país, desde 1998, o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, visando mudanças e melhorias, além de regulamentar, organizar e amenizar a violência nas vias públicas. Mas essa medida não surtiu o efeito desejado e a reflexão sobre qual medida poderia ser tomada, apontou a Educação para o Trânsito como a melhor opção. (RODRIGUES, 2009). Para Ribeiro (2002) a educação no trânsito é aquela que contribui na formação e na conscientização das pessoas para obtenção de um trânsito seguro, onde envolve o crescimento pessoal, a consciência de cidadania e as possibilidades de melhorias no trânsito.

De forma geral, segundo Ribeiro (2002) a questão do trânsito é colocada como se fosse um problema somente estrutural e de responsabilidade única dos órgãos públicos. Mas este é um grande problema, e todas as pessoas, desde o cidadão comum até os órgãos públicos de trânsito, são responsáveis pelos efeitos e o desequilíbrio do sistema viário no Brasil. Os problemas existentes no trânsito deve ser uma preocupação de todos, pois o que se tem de gritante neste, é a ausência de cuidados e de conscientização que promovam a segurança para o mesmo, podendo beneficiar condutores e pedestres.

Conforme Soares e Thielen (2012, p. 734):

O estudo da percepção de risco no trânsito envolve a investigação sobre os fatores analíticos que permeiam o processo decisório (Slovic, 1987) e proporciona a articulação de estratégias educativas específicas. A abordagem preventiva dos acidentes de trânsito necessita de ferramentas que superem campanhas e métodos de educação meramente expositivos, e que propiciem vivência de fatores subjacentes a eventos críticos e a situações de risco.

Para DaMatta (2010) de modo geral, a organização do trânsito e o espaço da rua se torna algo hierarquizado trazendo consequências na maioria das vezes de violência brutal. E que diante disso cabe aos cidadãos tentar democratizar esse espaço fazendo com que ela se submeta a um código igualitário onde todos por consciência contribuam.

Através da orientação para a Educação para o Trânsito na Escola que o estudante aprende como deve se comportar na rua, na faixa de segurança, sinaleira, observar o que deve ser feito e o que não deve no trânsito (respeitar a sinalização). A compreensão de um comportamento seguro no trânsito adquiridos pelas crianças e adolescentes em sua fase escolar, poderá contribuir de forma significativa futuramente. (BRANDÃO, 2010).

Segundo DaMatta (2010), para obter um trânsito melhor, é necessário ver o espaço como um bem comum a todos que estão usufruindo dele, e não como um espaço de competição entre iguais. No Brasil, trata-se de ensinar que o sujeito ao lado existe como cidadão, trata-se de discutir alguns pressupostos relativos aos deveres de cidadão, ou seja, é preciso internalizar um sistema que convença os brasileiros de que nós não somos somente pessoas, mas que no trânsito e na rua somos cidadãos definidos por direitos e deveres num plano político e cívico.

Rodrigues (2009) ensina que para haver maior segurança no sistema viário e diminuir o índice de violência, sejam necessários empreender esforços que visem valorizar a vida humana. Se o indivíduo não tiver motivos para preservar sua própria vida, nenhum esforço será suficiente para adequar seu comportamento para o trânsito. Portanto, para modificar o comportamento no trânsito é necessário realizar uma Educação para o Trânsito que prepare o cidadão para o exercício da cidadania, a valorização e a promoção da vida, e assim conseqüentemente os cidadãos passarão a ter atitudes corretas para a prática do trânsito.

“A inserção do trânsito como tema transversal às áreas curriculares é um importante desafio lançado aos educadores brasileiros para que seja possível a construção de um espaço público mais justo, mais humano e cidadão.” (RODRIGUES, 2009, p. 7).

As atividades propostas na escola, para serem construtoras de sentidos, devem possibilitar que os estudantes observem, analisem, sintetizem e interpretem nos múltiplos aspectos do tema focalizado, estabelecendo relações, levantando novas questões, extrapolando para outros assuntos. (SOLÉ, 2008).

Neste aspecto, um projeto interdisciplinar sobre educação no trânsito é relevante em termos sociais e educacionais ao possibilitar que os alunos diante da realidade dos meios de transporte, acidentes de trânsito, cidadania, respeito, busquem reflexão sobre a ação e tomada de decisões para mudanças em direção ao cuidado no trânsito.

Julga-se que o professor que deseja interdisciplinar é um profissional pedagogo e qualificado para atuar em vários campos educativos para atender as demandas sócio-educativas de tipo formal, não formal e informal, decorrente de novas realidades – novas tecnologias, novos fatores sociais, ampliação de formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, entre outros. (STEARNS, 2010).

Para Stearns (2010) a cotidianidade no ensino é relevante, já que as atividades humanas se desenrolam, gerando um conjunto de saberes, habilidades e atitudes que vão criando a história, vão moldando os cidadãos. É dever do professor trabalhar esta realidade de forma interdisciplinar, ou seja, inter-relacionar o contexto do cotidiano com os grandes acontecimentos, que não acontecem isoladamente, são personagens de uma mesma trama. A trama social.

De modo primordial, o professor interdisciplinar precisa permitir a ele apropriar-se destas linguagens para propiciar diferentes percepções de mundo: o mundo da escrita, da leitura, da tecnologia, do trabalho, entre outros.

A aquisição de percepções de mundo implica em relações plurais, permeadas de regularidades e diversidades, colocando o aluno em constantes conflitos, que exigem tomadas de decisões em todo momento, os quais precisam ser suportados pela racionalidade, dedução, indução, quantificação. Saber tratar situações, fatos, acontecimentos do dia-a-dia de um modo dialético, ou seja, avaliando com coerência, sintetizando, produzindo novos pontos de vistas, experimentando. (FREIRE, 2002).

Para Piletti (2002), resolver problemas significa engajar-se em uma tarefa para a qual o método de solução não é conhecido antecipadamente. A fim de encontrar uma solução, os alunos devem delinear seus conhecimentos, e através deste processo, eles irão frequentemente desenvolver novas compreensões sobre o mundo. O desafio de propor para a sala de aula uma aprendizagem significativa torna o aluno mais confiante no seu processo de aprendizagem. Paulo Freire,

educador e filósofo brasileiro, sendo considerado um dos mais notáveis pensadores da história da pedagogia mundial, afirma que:

Formar um (a) aluno (a) é muito mais que treinar e depositar conhecimentos simplesmente e, ainda que, para formação, necessitamos de ética e coerência que precisam estar vivas e presentes em nossa prática educativa, pois esta faz parte de nossa responsabilidade como agentes pedagógicos (FREIRE, 2002, p. 56).

Os projetos, portanto, são um caminho chave para o desenvolvimento significativo do estudante e, entre outros, que levem à aquisição de habilidades operatórias, tais como abstrair, pesquisar, comparar, relacionar, listar, compreender, reconhecer, avaliar, argumentar, contrapor, refletir, criticar, classificar, supor, reescrever, interpretar, comentar, sintetizar, justificar, levantar hipóteses.

3 A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos para a coleta de dados quantitativos: questionário e roteiro de entrevista. O questionário é um “instrumento de coleta de dados constituindo-se de uma lista ordenada de perguntas selecionada previamente.” (MARTINS, 2006, p. 36).

A pesquisadora contatou com a equipe gestora das duas instituições escolares do Município de São José Dos Campos/SP, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professora Mercedes Carnevalli Klein e Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professora Áurea Cantinho Rodrigues e foi agendado um horário com todos os participantes da pesquisa. Foram entrevistados 10 educadores.

3.1 ANÁLISE DE DADOS

As respostas são informações primárias que produzirão dados secundários em forma de gráficos ou tabelas, com posterior discussão e conclusão.

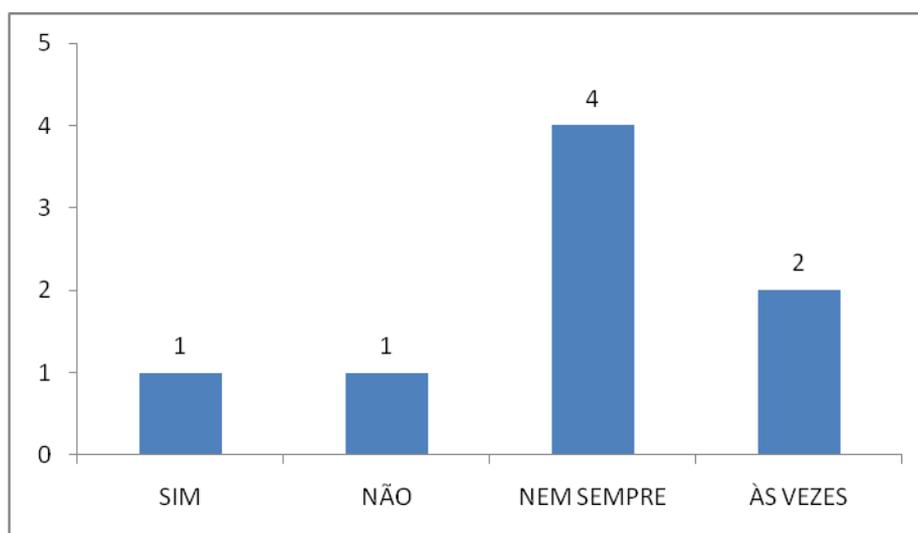
Pretende-se apresentar a discussão, análise crítica dos resultados e com base nos pressupostos teóricos apresentados neste artigo sobre Educação para o Trânsito para estudantes do Ensino Fundamental, anos iniciais, se observa que a

qualidade do ensino acontece pelo uso das tecnologias na escola e ludicidade. Neste aspecto, a pesquisa de campo se direcionou para o levantamento de informações sobre a prática tecnológica e lúdica dos educadores entrevistados, para projetos de Educação para o Trânsito.

A pesquisadora elaborou um questionário com 8 perguntas.

1 - Você tem acesso à *internet* em sala de aula?

Gráfico 1

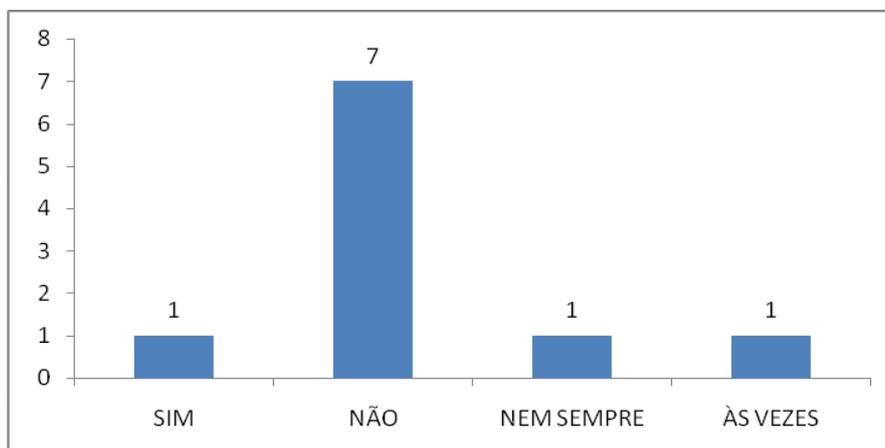


Fontes de pesquisa elaborado pela autora Andrea Giovanelli de Brito

Observa-se que o acesso à *internet* não está disponível sempre para todos os professores e 1 (um) deles 10% (dez por cento) não tem acesso à *internet* e isso dificulta concretizar uma Educação para o Trânsito por meio da *Internet*.

2 – Existe disponibilidade de *datashow* na escola?

Gráfico 2

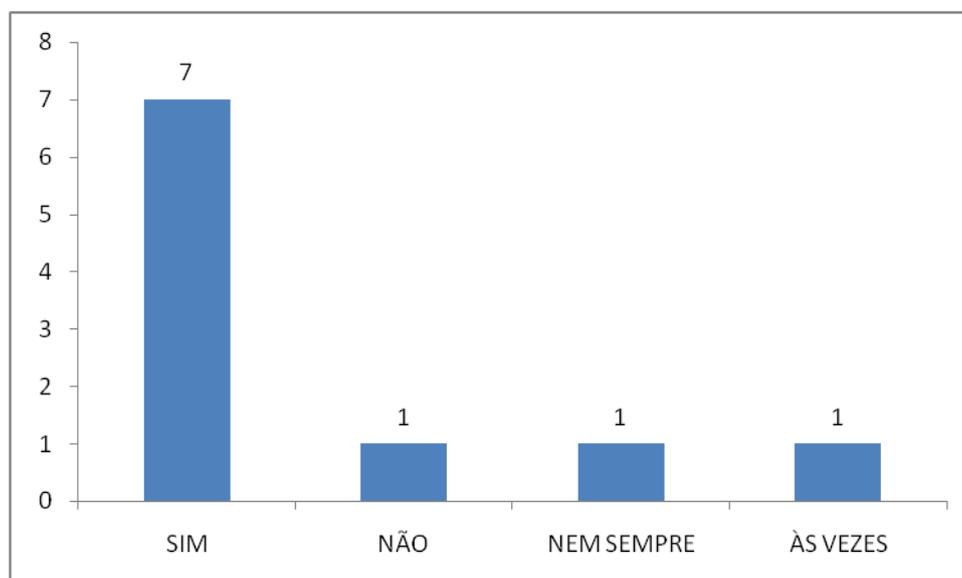


Fontes de pesquisa elaborado pela autora Andrea Giovanelli de Brito

Observa-se que o acesso ao *datashow* não está disponível para a maioria dos Educadores 70% (setenta por cento) e 10% (dez por cento) deles têm acesso pleno. Não é fácil usufruir do *datashow* e isso dificulta concretizar uma Educação para o Trânsito por meio da internet.

3– Usa algum *software* educacional?

Gráfico 3

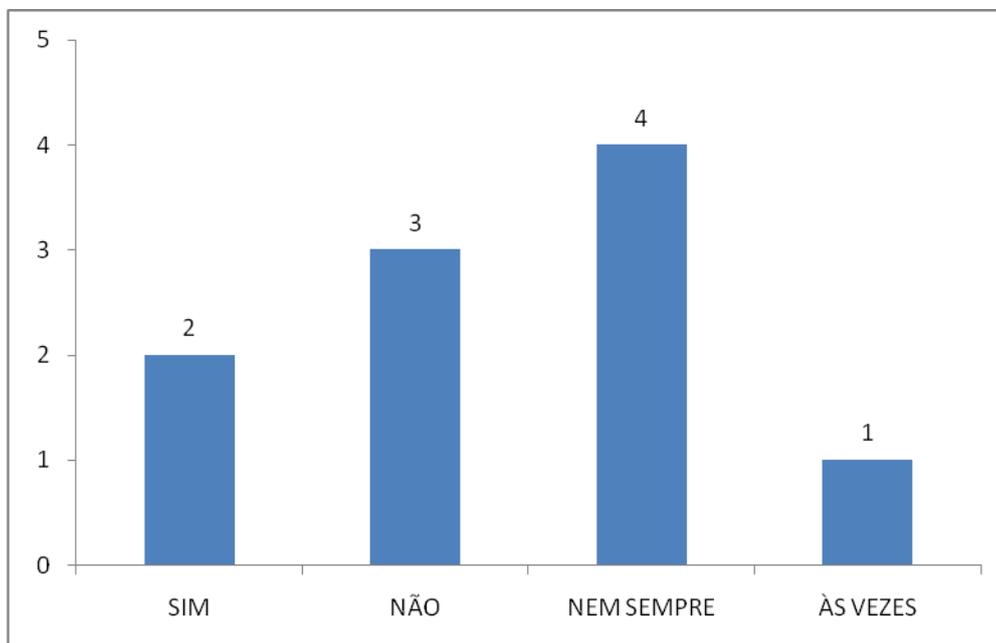


Fontes de pesquisa elaborado pela autora Andrea Giovanelli de Brito

Observa-se que a maioria, 70% (setenta por cento) dos professores usa regularmente software educacional para Educação para o Trânsito e apenas 10% (dez por cento) não utiliza.

4 – Os projetos de trabalho envolvem tecnologias da comunicação e informação?

Gráfico 4

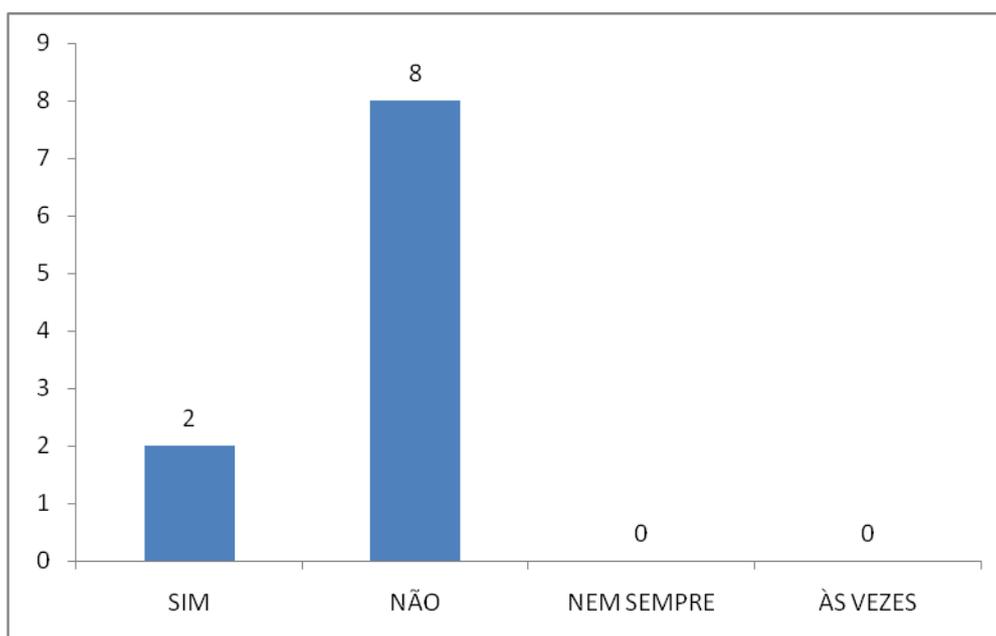


Fontes de pesquisa elaborado pela autora Andrea Giovanelli de Brito

Observa-se que apenas 30% (trinta por cento) dos educadores não envolvem a tecnologia nos projetos sobre Educação para o Trânsito.

5– Usa recursos didáticos lúdicos?

Gráfico 5

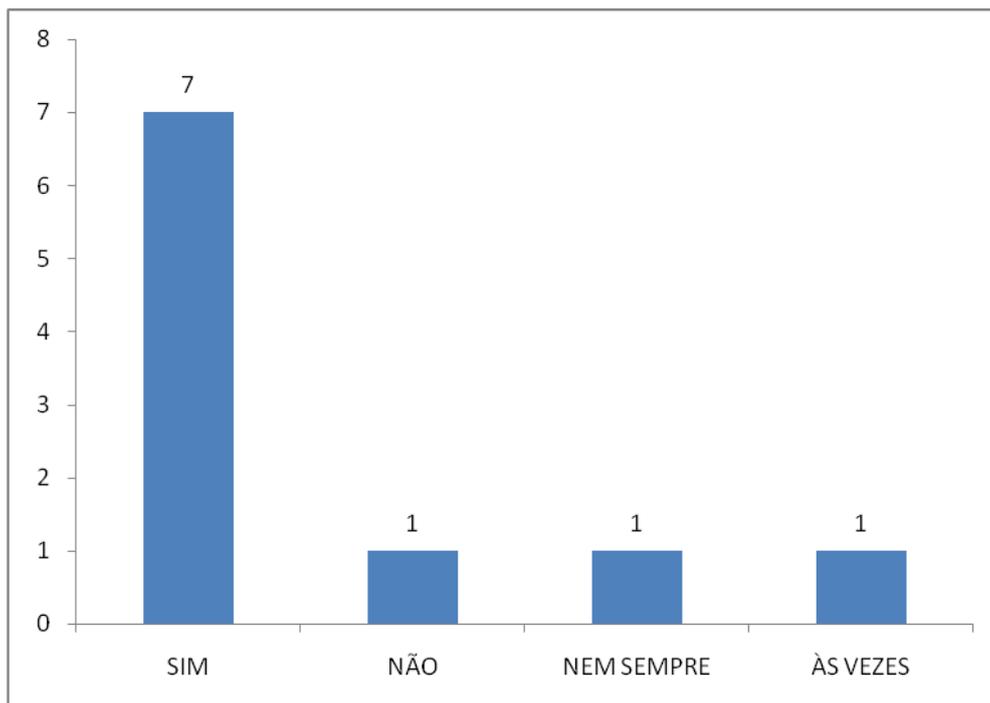


Fontes de pesquisa elaborado pela autora Andrea Giovanelli de Brito

Observa-se que apenas 40% (quarenta por cento) dos educadores usam recursos didáticos lúdicos para Educação para o Trânsito.

6 – Você utiliza material lúdico disponível na internet (youtube, sites educacionais etc.)?

Gráfico 6

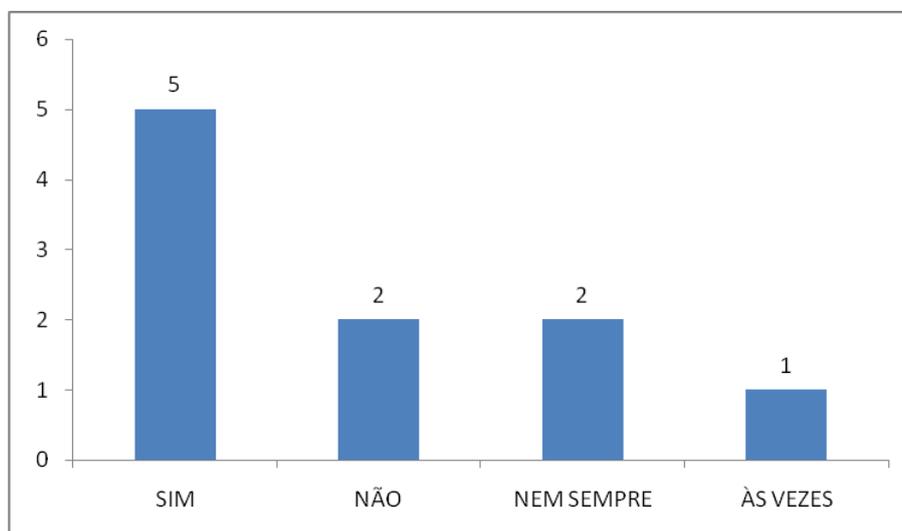


Fontes de pesquisa elaborado pela autora Andrea Giovanelli de Brito

Observa-se que 70%(setenta por cento) dos Educadores usam regularmente recursos didáticos lúdicos disponibilizados na internet para Educação para o Trânsito. Apenas 10%(dez por cento) não utiliza.

7 – Os alunos usam o *Paint* (pintar) para atividades lúdicas sobre Educação para o Trânsito?

Gráfico 7

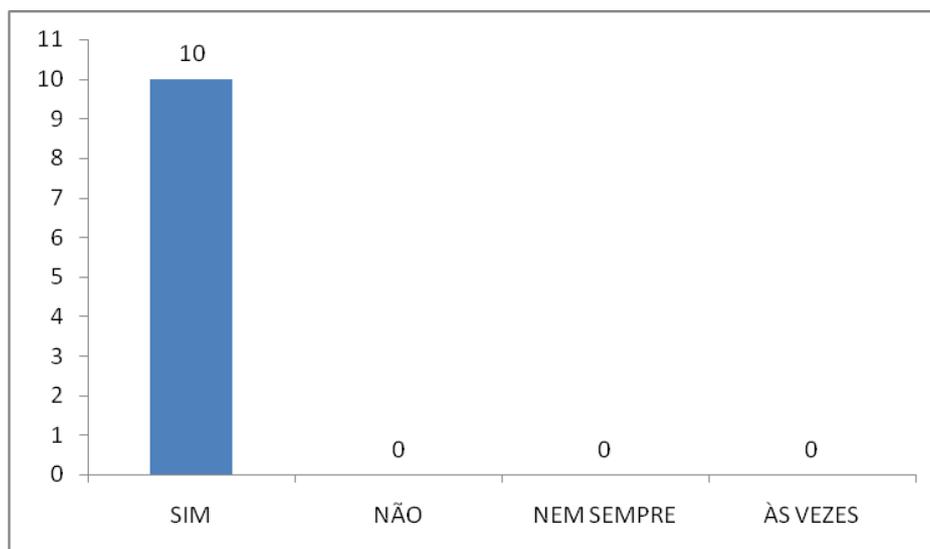


Fontes de pesquisa elaborado pela autora Andrea Giovanelli de Brito

Observa-se que 50%(cinquenta por cento) dos educadores afirmam que os estudantes usam regularmente o *Paint* para atividades lúdicas sobre Educação para o Trânsito. 30%(trinta por cento) afirmam que os estudantes usam às vezes e nem sempre. 20%(vinte por cento) afirmam que os estudantes não usam.

8 – Os alunos usam o *Google* para elaborar pesquisas sobre trânsito?

Gráfico 8



Fontes de pesquisa elaborado pela autora Andrea Giovanelli de Brito

Observa-se que 100%(cem por cento) dos educadores afirmam que os estudantes usam regularmente o *Google* para elaborar pesquisas escolares sobre trânsito.

4 CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa de campo obteve-se um material referente à prática pedagógica com a utilização de recursos tecnológicos e lúdicos em duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de São José dos Campos/SP, a respeito da Educação para o Trânsito.

A partir das situações descritas na pesquisa de campo, e também, das discussões desenvolvidas, organizou-se os diferentes aspectos nos itens seguintes: Como está o conhecimento dos educadores diante dos avanços das novas tecnologias; os recursos financeiros nas escolas facilitam o trabalho dos educadores na mediação entre as informações trazidas pelos estudantes através das tecnologias e as atividades desenvolvidas em sala de aula.

Procurou-se transcrever neste artigo os aspectos relevantes, tentando ser fiel às entrevistas.

Em todas as entrevistas percebeu-se a aprovação da maioria dos educadores. Verificou-se, no entanto, que alguns ainda estão resistentes ao uso dos recursos tecnológicos, e ignoram a necessidade desta aquisição. Enquanto outros educadores se preocupam com os avanços tecnológicos, com a capacitação e utilização deles para mediar o processo ensino-aprendizagem.

Observou-se que nas duas escolas há preocupação em investir em equipamento e capacitação dos educadores em matéria de Educação para o Trânsito.

O educadores entrevistados consideram que todas as escolas que utilizam recursos tecnológicos e ludicidade estão caminhando para alcançar os objetivos a que se propuseram, tendo como meta um sucesso dentro da proposta pedagógica para Educação do Trânsito.

Assim a grande diversidade de recursos tecnológicos torna difícil um desenvolvimento pedagógico para aqueles que são resistentes. Quanto aos métodos de utilização, observou-se uma variação de acordo com os recursos financeiros de cada instituição educacional.

As duas escolas de EMEF de São José dos Campos, objeto da pesquisa, conta apenas com TV, vídeo e aparelho de som.

Da mesma forma que as duas escolas têm poucos recursos, há educadores sem interesse de utilizá-los, ou que não utilizam por falta de capacitação.

Alguns educadores não entendem a importância de da utilização dos recursos tecnológicos. A cada dia, novos pesquisadores da educação comprovam a importância da utilização, de forma que lança-se o seguintes questionamentos:., Por que tanta resistência, se as novas tecnologias favorecem o aprendizado? Por que tudo o que é novo e desconhecido desperta insegurança e em alguns casos acomodação?

Com os dados da pesquisa observa-se que a prática pedagógica desenvolvida pelos educadores, com recursos tecnológicos é heterogênea. Alguns utilizam, outros não, pode-se dizer ainda que, utilizam a metodologia tradicional.

O interesse dos estudantes pelos recursos tecnológicos é evidente e notório é o aprendizado.

Faz-se necessário acrescentar que em meio a tantas tecnologias a presença dos professores educadores em sala de aula é fundamental na construção da afetividade. Através dessas observações, análises dos registros de campo e discussões com a equipe foi possível discernir alguns determinantes: a ordem fazendo parte de todo o contexto educativo, referindo-se aos aspectos morais e a imposição de regras de comportamento, organização das pesquisas para que a aprendizagem fosse efetivamente eficaz, e o levantamento das questões pesquisadas para uma melhor análise e entendimento.

Neste mesmo contexto, cabe ressaltar que os educadores comprometidos com uma educação de qualidade estabelecem uma relação de afetividade muito forte com os estudantes.

Embora em caráter bastante provisório, devido principalmente a impossibilidade de maior aprofundamento nas questões levantadas na pesquisa, análise da realidade, bem como a utilização dos recursos tecnológicos, permitem destacar alguns aspectos gerais que merecem atenção sistemática em estudos posteriores.

A interrelação dos elementos que caracterizam a utilização ou não dos recursos tecnológicos; como implantar um projeto pedagógico que utilize os recursos

tecnológicos sem a devida capacitação dos profissionais e a conseqüente quebra de paradigma; outro aspecto bastante sugestivo foi à diversidade existente entre os tipos de professores, que se pode caracterizar como os pertencentes à escola tradicional e os da escola da era digital.

Sabe-se hoje que os *softwares* (aplicativos e programas de computador) são instrumentos poderosíssimos, mas dependentes de mãos humanas, são os novos lápis e papéis, onde se registra tudo o que se precisa. Também sabe-se que em meio a tanta tecnologia existem milhões de pessoas que não sabem ler e escrever, e estão até mesmo fora das escolas rurais, ou aquelas que não possuem nenhum material didático (mesas, cadeiras, cadernos, lápis, etc.) básico para o aprendizado.

Pessoas que desconhecem qualquer um desses avanços que se tem falado. Para eles o mundo se restringe apenas ao que seus olhos veem no seu pequeno mundo.

O avanço da tecnologia não para e requer de todos os envolvidos um constante aprendizado.

Considera-se que alguns educadores ainda apresentam algumas dificuldades em utilizar os instrumentos tecnológicos em sala de aula. Para que esses educadores possam se aperfeiçoar na era digital, é necessário que o poder público capacite esses profissionais, por meio de cursos, palestras com horários flexíveis para que possa atender a maior demanda possível.

Entretanto há certa resistência por parte de alguns profissionais em aceitar as novas tecnologias por acreditar que o ensino tradicional é o mais viável. Como o educador é um facilitador no processo de aprendizagem do estudante é importante que ele tenha uma boa formação para usufruir de maneira consciente as novas ferramentas tecnológicas.

Não é mais possível pensar em cidadania plena, hoje, sem uma alfabetização tecnológica. Poder servir-se das tecnologias da comunicação e informação deve ser uma competência básica a ser propiciada no conjunto do currículo escolar e de suas disciplinas. Feito isso, educadores e estudantes estarão se tornando seres da tecnologia da comunicação e informação, de modo a conviver com ela, para aprender e fazer.

A incorporação de elementos tecnológicos à sala de aula é mais realizável do que se pode imaginar. É confiando nessa possibilidade concreta que a

escola precisou investir sistematicamente na construção de suportes tecnológicos para a sala de aula, como a implantação da biblioteca digital.

A convergência dos avanços na computação e nas tecnologias de comunicação tem tido um impacto significativo na maneira como os sistemas de informação estão sendo criados, administrados e utilizados. As bibliotecas, especificamente, estão incorporando novas políticas de desenvolvimento de suas coleções e disponibilizando novos produtos e serviços de informação para os educadores e estudantes.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.T. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm. Acesso em: 19 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.

CZERWONKA, M. Capacitação: o professor no papel do aluno. Disponível em: <https://portaldotransito.com.br/educacao/transito-nas-escolas/educacao-para-o-transito-nas-escolas-um-desafio/> . Acesso em: 05 ago. 2018.

DAMATTA, R. Fé em Deus e Pé na Tábua: ou como e porque o transito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MOREIRA, Maria Cristina do Amaral; PEREIRA, Marcus Vinicius; MARTINS, Isabel Gomes. Mecânica e educação para o trânsito: análise de um texto didático de ciências para o ensino fundamental. Rev. Bras. Ensino Fís., São Paulo , v. 39, n. 4, e4403, 2017.

PIETSAK, E. Educação para o Trânsito nas Escolas: um desafio? Disponível em: <https://portaldotransito.com.br/educacao/transito-nas-escolas/educacao-para-o-transito-nas-escolas-um-desafio/> . Acesso em 05 ago. 2018.

PILETTI, N. Psicologia educacional. São Paulo: Ática, 2002.

RIBEIRO, V.L.P. Educação para o trânsito e cidadania. Análise e reflexões dos temas transversais. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Lorena/SP; 2002.

RODRIGUES, J. Diretrizes nacionais da educação para o trânsito no ensino fundamental. Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito, Conselho Nacional de Trânsito. – Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

SOARES, D.P.; THIELEN, I.P. Projeto transformando o trânsito e a perspectiva do facilitador. Psicol. cienc. prof. vol.32, n.3, p. 730-743, 2012.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOLÉ, I. Estratégias pedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 1998.